



v. 11, n. 1 – 2022 – ISSN 2316-395X – FLUXO CONTÍNUO

**A voz que escapa e a fala que
captura: ecos do acontecimento *black
bloc* em junho de 2013 no enfoque da
imaterialidade do patrimônio**

**The voice that escapes and the speech
that captures: echoes of the black bloc
occurrence in June 2013 considering
the intangibility of the heritage**

**La voz que escapa y la habla que
captura: ecos del acontecimiento
bloque negro en junio de 2013
considerando la inmaterialidad del
patrimonio**

José Isaías Venera¹

Recebido em: 9/4/2021
Aceito para publicação em: 19/11/2021

¹ Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e graduado em Jornalismo também pela Univali. Professor da Universidade da Região de Joinville (Univille) e da Univali. Integra os grupos de pesquisa Imbricamentos de Linguagens; Psicanálise e Linguagem; Comunicação, Mediação e Cultura; e Subjetividades e (Auto)Biografias.

Resumo: O objetivo deste artigo foi refletir sobre a imaterialidade do patrimônio com base na noção de voz por meio do acontecimento *black bloc*, em junho de 2013, tendo como referencial teórico Gilles Deleuze, Félix Guattari e Jacques Lacan. A noção de voz diferencia-se da de fala, da de linguagem e da dos dispositivos de captura do sujeito. A voz desestrutura a fala que integra os discursos, entre eles o da mídia corporativa, que criminaliza a ação de manifestantes que elegem patrimônios materiais como alvo. As práticas que colocam em xeque a ordem estabelecida são aberturas para novos sentidos sobre o espaço urbano e os processos de subjetivação. Matérias e vídeos sobre protestos de junho de 2013 foram fontes para a reflexão. Considerou-se que os protestos com ações em edificações evidenciam a importância do enfoque na imaterialidade do patrimônio.

Palavras-chave: patrimônio; voz; fala; acontecimento; *black bloc*.

Abstract: The objective of this article was to reflect about the intangibility of the heritage based on the notion of voice through the *black bloc* occurrence, in June 2013, having as theoretical references Gilles Deleuze, Félix Guattari and Jacques Lacan. The notion of voice is different from the ones of speech, language, and apparatus to capture the subject. The voice deconstructs the speech that is part of discourses, among them the corporative media's one, that sees as a crime the action of manifestants that elect tangible heritages as targets. The actions that put in check the established order are openings for new senses about the urban space and the subjectivation processes. Newspaper articles and videos about the manifestations of June 2013 were sources for reflection. It was considered the manifestations through actions in buildings highlight the importance of taking into account the intangibility of the heritage.

Keywords: heritage; voice; speech; occurrence; *black bloc*.

Resumen: El objetivo de este artículo fue pensar sobre la inmaterialidad del patrimonio basado en la noción de voz por medio del acontecimiento bloque negro, en junio de 2013, usando como referencial teórico Gilles Deleuze, Félix Guattari y Jacques Lacan. La noción de voz es diferente de la de habla, de la de lenguaje y de la de los dispositivos de captura del sujeto. La voz desestructura el habla que integra los discursos, entre ellos el de los medios corporativos, que criminaliza la acción de manifestantes que eligen patrimonios materiales como objetivo. Las prácticas que ponen en jeque la orden establecida son aberturas para nuevos sentidos sobre el espacio urbano y los procesos de subjetivación. Reportajes y videos sobre las protestas de junio de 2013 fueron fuentes para la reflexión. Se consideró que las protestas con acciones en edificaciones evidencian la importancia de se enfocar en la inmaterialidad del patrimonio.

Palabras clave: patrimonio; voz; habla; acontecimiento; bloque negro.

INTRODUÇÃO

Em que medida podemos aproximar os diferentes usos do termo *patrimônio*, que circula na mídia, de uma das noções recorrentes no campo do patrimônio cultural, a de que todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado de valor, se essa imaterialidade resulta de um campo de disputa de sentidos (MENESES, 2009)? Com essa problematização, desenvolve-se a análise sobre o acontecimento *black bloc*, nos protestos de junho de 2013, em duas esferas: a voz destituída de fala, deixando-se ouvir os ecos nas ações em patrimônios, e os discursos disputando o enquadramento do acontecimento.

Vale destacar que este artigo mobiliza dois sentidos da palavra *patrimônio*: por um lado, relacionado a um bem privado; e, por outro, o patrimônio cultural como um bem de herança coletiva. No caso dos manifestantes, nomeados de *black blocs*, trata-se de ataques a bens públicos, como ao prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e privados, como a agências bancárias.

Este trabalho² desenvolve-se com base em um recorte pontual, a matéria “Serviço secreto da PM diz que PSOL ‘recruta’ punks para protestos”, de Mário Cesar Carvalho, publicada na editoria “Cotidiano”, da *Folha de S.Paulo*, em 16 de junho de 2013. Nessa matéria, de vândalos os manifestantes passam para *punk* e, por último, são classificados como *black blocs*³. O contexto são as chamadas *jornadas de junho* de 2013⁴. Os discursos criminalizam o movimento, sobretudo em ações que colocam em risco o patrimônio público ou o privado.

Com esse recorte, o objetivo foi analisar a voz no referido acontecimento⁵ em contraponto às falas que classificam como *black blocs* manifestantes em junho de 2013. A classificação enquadra e regula o sentido sobre determinados manifestantes. No desenvolvimento, o sentido atribuído ao patrimonial pela mídia corporativa está relacionado com a privatização do espaço e das edificações, além do controle dos usos que se pode fazer. Dessa maneira, a ação de manifestantes que atingem prédios públicos ou privados é logo criminalizada, atribuindo valor ao patrimônio acima da própria vida, como observado no texto “*Black blocs*, os corpos e as coisas” (BRUM, 2016).

O sentido de patrimônio nesse contexto é generalista, referindo-se tanto às edificações tombadas quanto a prédios de agências bancárias, vitrines de lojas etc. Ambos são tratados como patrimônio, seja por integrar a posse de uma instituição ou de um empresário, seja por seu valor histórico. Entendendo as diferenças, há um ponto que permite trazer uma discussão do campo para esse debate, como já anunciado na abertura deste texto, que vem da leitura de Meneses (2009) sobre o valor do patrimônio cultural constituindo-se de duas esferas, a materialidade e a imaterialidade. Ao falar do patrimônio imaterial, o autor mostra que seu valor é composto de *vetores materiais*, “pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se” (MENESES, 2009, p. 31).

² Este artigo é um recorte da tese “Da cólera ao acontecimento junho de 2013: do que escapa à representação em Deleuze e Lacan” (VENERA, 2017). Na ocasião, as evidências sobre patrimônio não foram analisadas, mas foram, agora, desenvolvidas neste artigo. Tese disponível em: <https://riuni.unisul.br/handle/12345/4732>. Acesso em: 15 fev. 2021.

³ Os *black blocs* no Brasil ganharam visibilidade nos protestos de junho de 2013. Como mostra Bentes (2015, p. 53), eles usam “uma tática que vem sendo utilizada por manifestantes, grupos políticos e ativistas desde os anos 1980 na Alemanha, presentes nos anos 1990 em Seattle e nos protestos antiglobalização, táticas que ‘viajam’ de forma cada vez mais rápida e são incorporadas por manifestantes em todo o mundo”.

⁴ Os protestos de junho de 2013 marcaram uma série de manifestações por todo o país, inicialmente contra o aumento de 20 centavos na tarifa do transporte urbano, e logo em seguida se juntou a ela uma multiplicidade de temas que deixou especialistas e a mídia corporativa em vertigem, sem saber ao certo o que estava acontecendo.

⁵ Acontecimento no sentido atribuído por Deleuze e Guattari (1992, p. 201-202): “O acontecimento não é de maneira nenhuma o estado de coisas, ele se atualiza num estado de coisas, num corpo, num vivido, mas ele tem uma parte sombria e secreta que não para de se subtrair ou de se acrescentar à sua atualização: contrariamente ao estado de coisas, ele não começa nem acaba, mas ganhou ou guardou o movimento infinito ao qual dá consistência. O virtual que se distingue do atual, mas um virtual que não mais é caótico, tornado consistente ou real sobre o plano de imanência que o arranca do caos. Real sem ser atual, ideal sem ser abstrato”.

Essa dupla face do patrimônio cultural (material e imaterial) aproxima-se do par virtual e atual da teoria de Deleuze⁶ (1996) e deixa sob rasura o gesto de fixar um sentido sobre o patrimônio, quer porque se apresenta pela sua materialidade, quer por um saber fazer que ganha sentido em ato. Nessa via, há disputa de sentido em curso e por ela os discursos tentam materializar a face virtual do patrimônio, o que por sua vez diz respeito à sua atualização.

Logo, quando vitrines de bancos são alvo, poderíamos nos perguntar que sentido estes ocupam na gramática dos protestos. Os bancos passam a ser significantes do capitalismo. Mas e quando prédios históricos entram na mira? No terceiro grande ato dos protestos de junho de 2013 em São Paulo (SP), o governador à época, Geraldo Alckmin, disse ser “intolerável a ação de baderneiros e vândalos destruindo o patrimônio público” (*apud* TERRA, 2013). Quatro dias depois da repercussão da fala do ex-governador nos principais jornais do país, “baderneiros” e “vândalos” passaram paulatinamente a ser substituídos por *black blocs*, como vimos na matéria da *Folha de S.Paulo* do dia 16 de junho.

A voz por meio do acontecimento *black blocs* e o início de tipificação para criminalizar os manifestantes se dão, em sua maioria, pelo ataque a patrimônios públicos e privados no contexto dos protestos de junho de 2013. De um lado, o da voz, a análise pressupõe a destituição de sentidos, e, por outro, o da tipificação, o sentido relaciona-se com uma memória discursiva a qual, neste trabalho, é articulada também com a etimologia do enunciado patrimônio.

Para analisar a voz no acontecimento *black blocs*, é preciso destituí-la da fala, ou seja, dos discursos que a classificam como uma narrativa e a enquadram nesta. Para isso, é apresentada, em primeiro lugar, a noção de voz de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997) com algumas interlocuções do psicanalista Jacques Lacan (1985) para construir conceitualmente o lugar da análise. Na sequência, a noção de voz é articulada aos *black blocs* e vem como contraponto aos discursos circulantes que criminalizam os manifestantes. Na última parte, o sentido de patrimônio por parte da mídia corporativa é articulado com a noção de grande Outro de Lacan (1985).

VOZ NO DE VIR INUMANO

Em Deleuze e Guattari (1997), há uma voz que não cessa de renegar a fala nos devires inumanos. Os autores exploram, principalmente, a obra de Franz Kafka para demonstrar as linhas de fuga num sistema de captura da subjetividade:

Gregório não só se transforma em insecto para fugir do pai, mas, sobretudo, para encontrar uma saída, precisamente onde o pai não conseguiu encontrar, para escapar ao gerente, ao comércio e às burocracias, para alcançar essa região em que a voz parece apenas um zumbido – Ouviste falar? Era uma voz de animal, disse o gerente (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 34).

Com base na literatura, Deleuze e Guattari (1997) mostram-nos que o devir-animal está sempre latente. Soulez (2008), ao se referir à voz também na literatura de Kafka, acaba por tocar no âmago do que se busca: “Esse é o meu entender todo o alcance do motivo animal. Um animal se introduz, escreve Deleuze, lá onde se formam pontos de não-cultura, isto é, na ausência de desenvolvimento por onde a linguagem escaparia” (SOULEZ, 2008, p. 179).

⁶ Para Deleuze (1996), o virtual não pode ser totalmente realizado, porque ele é uma das formas de se falar da multiplicidade. Nesse sentido, o virtual não se opõe ao real, e sim ao atual. Aquilo que se atualiza se diferencia do virtual enquanto multiplicidade.

Em Deleuze e Guattari (1997), o devir-animal estende-se como fuga da linguagem, da cultura, dos dispositivos de captura. O devir forma-se nas linhas de fuga de um ordenamento da vida, caminho que se pode articular com a perspectiva de Lacan (2005), na qual a fuga seria mobilizada por um objeto estranho, assignificante, que nos afeta e na fala deixaria emergir a voz, desde sua genealogia (a do sujeito). “A demanda surge indevidamente no lugar do que é escamoteado, a, o objeto” (LACAN, 2005, p. 77). A demanda surge no que *ali* está para além dos objetos parciais e da falta ao sujeito. Esses dois pontos são descritos como dilemas:

Escolher-se-á a ausência de sentido de uma língua sem gramática, o assemantismo como um território de exílio (a língua é feita de “vocábulos roubados, mobilizados, emigrados, tornados nômades, interiorizando as relações de força”, escreve Deleuze) lá onde se agenciam as máquinas a-significantes de um devir inumano do homem, como se perfila ao longo do propósito de Deleuze, ou bem a voz do significante encarnado, na forma animalesca do sintoma do qual o “covil” figura a topologia do toro segundo Lacan (SOULEZ, 2008, p. 184).

O “covil” ao que Soulez (2008) faz referência é o primeiro de uma série de contos de Kafka publicados no livro *O covil*, que se encontra sem fim. No primeiro conto, uma anônima criatura “se empurra para frente e aquilo pelo que se choca contra o que lhe barra a vida, de modo que a frente é a parte do corpo que impede de confrontar [*faire front*]” (SOULEZ, 2008, p. 176). Nesse movimento inusitado, Kafka descrever uma anônima criatura em que aquilo que objetivamente se apresentaria como realidade externa constitui o próprio corpo do que se fala. Nesse externo que integra o corpo pode ser observada a topologia do *toro* da teoria de Lacan. Verifica-se como Monteiro (2014) a descreve:

O *Toro* é uma superfície de revolução fechada e de estrutura em anel. Aproxima-se de uma boia ou um pneumático. Define-se ainda como uma superfície sem margem com centro vazio. Obtém-se compondo-se um círculo com outro – o mais interior é denominado *alma de toro*. Tem a particularidade de apresentar um centro “exterior” e dois cortes nem o dividem, nem fazem desaparecer. [...] O *toro* nos permite estabelecer tanto a relação que une desejo à demanda quanto a questão da identificação. [...] Fazendo-se esse trajeto ao redor de todo *toro*, desviando-se seu ponto de chegada até terminar a volta completa, essas voltas devem se multiplicar sem se cruzar. [...] Assim se encontram ilustradas a *demanda*, e sua repetição fundamental, que é uma repetição que desconhece aquilo que exprime – um desejo desconhecido. O desejo, apesar de essencial, é sempre desconhecido (MONTEIRO, 2014, p. 135, grifos do original).

Ora, se o *toro* tem estrutura pneumática (anelada), pode-se então entender que o que falta ao desejo é o objeto vazio: o furo. A repetição do desejo é causada pelo objeto cuja ontologia é a falta, integrante da estrutura do *toro*. Com isso, a demanda, inevitavelmente, torna-se repetição, dando voltas pelo objeto faltoso. “A subjetivação tem assim sua origem na privação, onde o sujeito pode fazer surgir um saber do qual está excluído e perante o qual se sente inadequado para significar sua causa, o desejo” (MONTEIRO, 2014, p. 136).

Tornar-se toupeira, inseto de Gregor Samsa, ou cachorro – figuras do devir-animal de Kafka – está relacionado com essa constituição subjetiva cuja origem é a privação. Se fica evidente a relação do devir-animal como busca para sair dos limites da linguagem na sua função de captura do sujeito, dando-se pela privação do dentro como integrante do fora, cuja subjetivação se daria nos acoplamentos causados pelo desejo, não deveríamos buscar

no acontecimento junho de 2013 o que escaparia desses limites? Desejo de desejar que se rebela contra o movimento de captura dos discursos dominantes. Assim, a voz não passa de um murmúrio que nega a fala, a significação, a captura.

Podemos ouvir a voz nos murmúrios em vídeos amadores produzidos nos protestos de junho de 2013, em que há sempre aquilo que no campo da comunicação é classificado como ruído, falha, erro, sujeira sonora, mas que constitui neste trabalho as pistas deixadas no devir-animal, no inumano, do que do sujeito é elidido, suprimido, que desaparece para deixar emergir a voz do que sempre permaneceu como um estranho que jamais se deixa simbolizar.

Esse inumano em Deleuze e Guattari (1997), mobilizados pela literatura de Kafka, aparece na psicanálise na relação do sujeito com o inconsciente, que se impõe sempre em falta. Uma invocação do que falta. Diz Harari (1998, p. 188): “A voz não se confunde com a fala; inversamente, cabe arguir que é precisamente o que lhe falta. Dito de outro modo: ao falar, falta a voz”.

Se a voz é o que falta à fala, ela é também o que causa desejo, uma das versões do objeto *a*. Nesse percurso, a voz vem como efeito do que falta no significante e por ela o sujeito se constitui. A fala consiste no efeito do significante na busca de cobrir o que falta e por onde se dá o apagamento da voz, mas ela sempre permanece como um resto que causa desejo para que o significante se erga no seu lugar. Voltemos a Harari (1998, p. 188, grifo do original):

Voz é um efeito do significante. Trata-se de um avanço em que sua elucidação, embora não deixe de ser problemático, já que todos os *a* – enquanto produtos de um corte – são provocados pelo significante. Porém, presume-se aqui algo que parece provir de uma ordem distinta. Que se corte um peito – não no sentido físico, mas por meio da ação do significante – pode ser imaginável, como ponto de partida para se conceber um objeto oral.

O que Harari (1998) adverte, para se conceber o objeto oral, ou seja, a pulsão invocante, é o que nos autoriza a falar da *esquize* da voz de forma semelhante à *esquize* do olhar – tema com que Lacan (1985) trabalhou baseado no quadro *Las meninas* (1656), de Diego Velásquez. O corte, ou a *esquize*, aparece como algo que afeta o sujeito pela via do Real. A voz como o Real da fala não é a parte não simbolizável? O Real em Lacan (1985, p. 81) é “o que não cessa de não se escrever”.

Maliska (2008), ao analisar “a voz e o ritmo nas suas relações com o inconsciente”, diz: “O que falta é algo do real do som que o simbólico não consegue recuperar, um resto que se perdeu” (MALISKA, 2008, p. 218). Se o sujeito fala como forma de reencontrar o objeto perdido – esse resto vocal que retorna como uma reminiscência da *lalação* –, o objeto perdido permanecerá enquanto falta, a falta que causa desejo e que faz a fala emergir. O objeto perdido em algum instante se inscreveu no sujeito como traço psíquico, uma voz que jamais será recuperada, mantendo-se como o que não cessará de não se inscrever no simbólico, ou seja, na fala. Não inscrevendo-se no simbólico, nenhum objeto será capaz de satisfazer à sua pulsão, o que a fará sempre causa de desejo, uma pulsão invocante.

A VOZ DOS BLACK BLOCS

No vídeo da TV *Folha de S.Paulo* (2016) “SP tem protesto mais calmo, mas ‘*black blocs*’ depredam metrô no final”, basta cobrir o rosto e promover danos ao patrimônio para entrar no enquadramento e unificar as ações numa memória discursiva que se junta ao

termo *vandalismo*. A edição do vídeo sem narrativa em *off*⁷ constrói uma narrativa com as cenas e falas de transeuntes ou trabalhadores do metrô para reforçar que a violência está com os manifestantes.

Se no vídeo citado há um olhar da imprensa transformando o acontecimento numa narrativa jornalística, em outro, como contraponto, um vídeo divulgado em 18 de junho de 2013 (sem edição, cortes, montagem nem sequência de enquadramentos), manifestantes promovem ações de violência no prédio histórico da Alerj (JORNAL A NOVA DEMOCRACIA, 2013). A violência não é contra a edificação, mas contra o espaço destinado aos legisladores do Rio de Janeiro. O conflito é simbólico, e o patrimônio integra o plano de imanência pelo qual a ação se desenvolve.

Deixemos escutar-se a voz no acontecimento. O eco ainda livre dos discursos, ao meio de estilhaços de objetos, ruídos dos confrontos, derrubada das barreiras de proteção etc. Só poderemos ouvi-los (os corpos que compõem o acontecimento) com os sons das ações retirando os sentidos que a névoa de discursos joga sobre eles. Para ouvir ecos dessa voz no acontecimento, precisamos percebê-los em ato e não deixar que a fala cubra a voz, ou que o sentido abstraia o som, quase sempre criminalizando os sujeitos pela destruição do patrimônio material, enquanto corpos são alvo de repressão.

Consideramos a voz como efeito de um acontecimento⁸. Isso é o mesmo que afirmar que não há voz enquanto essência de um corpo. O que há são encontros de corpos que produzem acontecimentos. Para ilustrar a questão haja vista os manifestantes, podemos encontrar um manifestante – corpo 1 –; com certa indumentária, marcada sobretudo por uma camisa escondendo o rosto – corpo 2 –; com objetos à mão – corpo 3 –; objetos ao serem lançados à entrada do prédio da Alerj – corpo 4 –; que produzem o acontecimento. Qual é o sentido desse acontecimento? É múltiplo. Basta assistir ao vídeo várias vezes para ouvir as falas descontínuas, entre elas: “Sai daí, garoto! É a vontade do povo”; “foi o povo, não” etc. O confronto é simbólico, imaterial. Na imprensa, essa descontinuidade ganha narrativa, enquadramento, sentido fechado, mas haverá nesse efeito de sentido o não senso, o que sempre se diferenciará dos corpos, coexistindo em um paradoxo, num ponto aleatório, operando, como diz Deleuze (2006, p. 98), “como quase-causa e assegurando a plena autonomia do efeito”.

O acontecimento inicial é o efeito de corpos. Basta esses mesmos manifestantes tirarem a camisa do rosto e vesti-la, entrar numa lanchonete e pedir um café para saírem dos discursos recorrentes que criminalizam suas ações e, assim, entrarem em outro enquadramento – nesse exemplo, no de clientes de um estabelecimento comercial. Desse modo, o acontecimento passa a ser entendido como efeito do encontro da multiplicidade de corpos num paradoxo que não deixará que o sentido se fixe nesses corpos.

Não há unidade de corpos, da mesma maneira como não poderá haver unidade de voz. Ora, a voz não se reduz ao som produzido por um corpo, nesse caso pelo de um manifestante, sendo ele próprio já uma multiplicidade de corpos. O corpo é sempre múltiplo de potências. O que podemos entender por vida nos corpos é que ela é potência de expansão a cada relação de corpos, tendo como mobilizador dessa expansão a quase-causa.

Em *Lógica do sentido*, Deleuze (2006) mostra, quando a psicanálise ganha importância na obra, que os sons são liberados dos corpos. A riqueza de sua leitura e a sua relevância para este trabalho podem ser mensuradas nesta citação: “Ela [a voz] tem as dimensões

⁷ No jornalismo, a narrativa em *off* é quando aparece a fala do repórter ou apresentador do telejornal sem que ele apareça no vídeo.

⁸ A filosofia de Deleuze é marcada pela afirmação da diferença, sobretudo em *Diferença e repetição* (1988), na qual o autor valoriza os movimentos disjuntivos, as não relações, para dar visibilidade aos acontecimentos. O acontecimento como insurreição de forças que escapam a toda forma de representação dominante.

de uma linguagem sem ter a sua condição, ela espera o *acontecimento* que fará dela uma linguagem. Ela deixou de ser um ruído, mas ainda não é uma linguagem” (DELEUZE, 2006, p. 198-199, grifo do original).

Nomear *black blocs* é inserir os gritos, os ruídos, as falas na mistura dos corpos, dos próprios corpos dos manifestantes em movimento, fazendo a voz ser alçada à dimensão de linguagem, e ela (a voz) é diferente por natureza (da linguagem). O sentido sobre a voz se dá nessa multiplicidade que compõe o corpo e os corpos.

Ao contrário, a fala aprisiona a voz, disciplina o sentido, controla sua expansão. Nesse caso, sua entrada em cena no discurso da mídia corporativa se deu no dia 16 de junho de 2013, quando a imprensa começou a tipificar manifestantes, em primeiro lugar, como *punks* e, posteriormente, como *black blocs*, no período que ficou conhecido como jornadas de junho. Na editoria “Cotidiano”, da *Folha de S.Paulo* de 16 de junho de 2013, Carvalho publicou a matéria “Serviço secreto da PM diz que PSOL ‘recruta’ *punks* para protestos”, na qual o relatório da Polícia Militar (PM) afirma, segundo o jornalista, que a violência nos protestos nem sempre acontece espontaneamente:

Para a polícia, a forma de ação desses supostos *punk* é “semelhante a atos de guerrilha”. Seria também uma forma que integrantes do [Partido Socialismo e Liberdade] PSOL teriam encontrado para constranger os dois governantes sem aparecer numa situação que poderia desgastar a imagem do partido, de acordo com o relatório (CARVALHO, 2013).

O curioso é observar a tentativa de desqualificação desses *punks*:

O monitoramento mostrou que os *punks* seguem um ritual que se repete nas manifestações, segundo os relatórios feitos. Tomaram pinga antes de começar os protestos, esperam o movimento atingir o seu ápice para começar a agir e comemoram os resultados com mais pinga depois que o corre-corre acaba. Para destruir vitrines e janelas, eles usam uma meia recheada com ferro e pregos, segundo o relato dos PMs. [...] Parte deles é ligado ao *Black Bloc* (Bloco Negro), uma estratégia anticapitalista que nasceu na Alemanha, nos anos [19]70 (CARVALHO, 2013).

Os manifestantes que atacam o patrimônio o fazem sob efeito de álcool, como se o gesto fosse irracional, e, como se não bastasse, parte desses *punks* é ligada ao movimento anticapitalista. Ou seja, lutar contra o capitalismo é um ato irracional, coisa de bêbado que perde os sentidos e, sobretudo, a capacidade de fazer uso da razão. No decorrer da matéria, em que o jornalista interpreta para o leitor o teor do relatório da PM, com poucos fragmentos entre aspas, há um consentimento implícito com a posição dos órgãos de repressão, na medida em que traz como contraponto apenas uma fala rápida do deputado federal Ivan Valente, do PSOL, que nega as afirmações do relatório.

Por outro lado, Carvalho (2013) avalia que a inexistência de lideranças no Movimento Passe Livre (MPL) é “o maior pesadelo para a polícia porque não há alvos claros. Outra dificuldade é separar a ação política dos atos criminosos” (CARVALHO, 2013). Podemos seguir com essas observações do jornalista para dizer que não há clareza nas sucessões de manifestações desde o início de junho, mesmo que a imagem alçada nas primeiras semanas tenha sido em torno da mobilidade urbana. Ou seja, não há clareza por parte daqueles que sob essa insígnia mobilizaram seu desejo de ir para as ruas.

Em um belo texto ao jornal *El País Brasil*, com o nome “*Black blocs*, os corpos e as coisas”, Eliane Brum (2016) faz uma análise que nos interessa. Para ela, “ao quebrarem patrimônio material como forma de protesto e serem transformados numa espécie de inimigos públicos, aponta-se o valor e também a disputa”. No discurso, a jornalista evidencia

as relações de poder em disputa e, sobretudo, como o próprio título sugere, que as coisas adquirem valor de mercadoria no capitalismo, tornando-se importantes, enquanto os corpos, na ausência de uma objetificação mercadológica, são criminalizados. Com outras palavras, é isso que o texto de Brum (2016) sugere ao falar das ações dos *black blocs* em 2016, mas ele serve também para as ações de junho de 2013.

O artigo com o feliz título, que relaciona corpos e coisas, procura escutar os *black blocs* e, por meio disso, compreender o que eles dizem. O ponto central é deixar ouvir a voz sem que a fala venha a sufocar ou direcionar suas vibrações e dissonâncias, mesmo quando a fala percorre direções que marcam linhas de fuga e, com toda a vitalidade que isso significa, fuja do discurso dominante. Nas vias deleuze-guattarinianas as táticas *black blocs* podem ser interpretadas como uma maquinaria de guerra na qual recai o peso do discurso dominante que as criminaliza, ao mesmo tempo que expõem as estruturas da dominação. Os sentidos que daí se formam como faíscas produzidas numa luta de esgrima acabam sempre por desnaturalizar a realidade.

Para voltar à parte “os corpos e as coisas”, do título do artigo, é preciso ouvir os corpos na sua multiplicidade sem que a fala fixe o sentido. Faz-se necessário ouvir as coisas sem que os discursos as convertam em mercadoria (como a mercadoria notícia).

O PATRIMÔNIO SOB RASURA

Na psicanálise lacaniana, o inconsciente é o discurso do Outro. Quando o sujeito fala, busca responder à demanda do Outro (absoluto, que tudo pode). Sua fala direcionada a alguém está, antes de ser proferida, sob a forma invertida de uma demanda inconsciente. O grande Outro no discurso é um lugar em que “o sujeito é mais pensado do que efetivamente pensa” (QUINET, 2012, p. 20).

É nessa função da linguagem de falar pelo sujeito que o significante *patrimônio* se constitui como significante simbólico. Não é preciso que um patrimônio integre as narrativas de uma herança cultural – como numa estrutura jurídica que assegura direitos à preservação – para estar inscrito no campo simbólico que o faz existir numa voz inaudita, regulando todo dizer. O significante *patrimônio* ocupa essa posição de expressão do grande Outro nas relações de poder que se estabelecem. Mas há um resto, não simbolizável, que se constitui no Real da comunicação – a parte incomunicável (percebida como sintoma, que diz respeito ao *objeto a*, ao não senso, à voz) que demanda sempre novos processos de comunicação.

A relação do significante *patrimônio* com a lei (o Outro é também uma das formas de a lei se manifestar) pode ser observada desde seu sentido etimológico. O patrimônio como resultado de uma lei que perpetua os bens de uma família. Uma lei que se inscreve em ato, no hábito dos laços familiares. Na seguinte leitura:

Etimologicamente, “Patrimônio” tem origem na palavra “*Patrimonium*”, do latim, formado pelo vocábulo “Pátrio”, que é relativo ao pai (*Pater*), ou paterno, mais o sufixo “*monium*”, que indica, estado ação, condição. Ou seja, “*Patrimonium*” se refere aquilo que se “faz” ou aquilo que “é” ou “está” relativo à figura do pai, como seus costumes e propriedades. Na sociedade patriarcal, esses são os valores que servem de legado às gerações futuras, a herança (RAMSHORN, 1841 *apud* KIEFER, 2013, p. 56).

Quando associamos esse sentido etimológico de patrimônio com a dimensão política da sociedade, os patrimônios públicos ou privados funcionam como a parte material de uma disputa imaterial, para retomar Meneses (2009), que vem como expressão de uma lei subjetiva responsável por reproduzir as figuras de autoridade.

Essa linha subjetiva decorre das instâncias de autoridade que se atualizam nas falas (discursos) que sustentam seu sentido. Quando os *black blocs*, nos protestos de junho de 2013, elegeram como alvo patrimônios, os discursos, com destaque para os das *mídias* corporativas, faziam ressoar sentidos de ataque à lei, às hierarquias sociais, ao que, no discurso psicanalítico, poderíamos dizer ataque ao Outro, ou ao pai simbólico.

As reações contra o patrimônio, seja ele privado, seja público, vem como sintoma do enfraquecimento desse significante simbólico. Na *Folha de S.Paulo* de 12 de junho de 2013, a manchete da capa, “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista”, ocupa essa posição de produzir o sentido de vandalismo para, na matéria, justificar as ações arbitrárias da Polícia Militar. No quarto parágrafo da matéria, encontramos: “Segundo policiais, militantes jogaram pedras, paus e coquetéis molotov contra a PM, que atirou balas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta” (FOLHA DE S.PAULO, 2013).

Na capa do caderno “Cotidiano” da *Folha* do mesmo dia, com uma foto de uma multidão de manifestantes no Parque Dom Pedro cercando um ônibus, quatro cartolas fazem a função de reforçar a noção de vandalismo: “5.000 manifestantes, segundo PM”; “2 ônibus parcialmente incendiados”; “5 agências bancárias depredadas”; “20 pessoas detidas”. Na matéria, o próprio veículo posiciona-se, mantendo oculto o nome do repórter: “A Folha presenciou agressão contra PM que tentava evitar que o prédio do Tribunal de Justiça fosse pichado. Cercado, ele apontou uma arma para os manifestantes” (FOLHA DE S.PAULO, 2013), enquanto na capa a foto exibia a PM em posição “heroica” no combate contra os “vândalos”. Conforme a matéria, o policial defendeu com “bravura” o panteão da justiça paulistana, não sobrando-lhe outra escolha que apontar a arma.

Na matéria seguinte de “Cotidiano”, na C3, o jornal dá voz ao governador Geraldo Alckmin, que estava em viagem a Paris, reforçando o sentido trabalhado ao longo do jornal:

“Uma coisa é movimento, que tem de ser respeitado, ouvido e dialogado. Isto é normal e é nosso dever fazê-lo. Outra coisa é vandalismo, [como] interromper artérias importantes da cidade, tirar o direito de ir e vir das pessoas, depredar o patrimônio público” (apud FOLHA DE S.PAULO, 2013, p. C3).

O sujeito dividido (consciente/inconsciente) ora está alienado à demanda do grande Outro, ora à demanda do objeto *a* (do resto da relações que falta simbolizar) que mobiliza o desejo.

CONSIDERAÇÕES

Nos protestos de junho de 2013, as ações que envolviam prédios públicos e privados mobilizaram falas via mídia corporativa no sentido de essencializar o patrimônio ignorando os sentidos em disputa na cultura. Nesse aspecto, sejam prédios de bancos e lojas, que simbolizam o poder econômico, sejam patrimônios históricos, como o prédio da Alerj, o que está em zona de conflito são os sentidos atribuídos. Por esse motivo, a abordagem conceitual de Meneses (2009) sobre o patrimônio cultural encontra nessa análise ponto de conexão entre o patrimônio de valor histórico e salvaguardado por uma legislação e as edificações que caracterizam um bem privado ou institucional. Como bem observa o autor:

O campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É, antes, uma arena de conflitos, de confronto [...]. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo eminentemente político (MENESES, 2009, p. 38).

No contexto das ações do acontecimento *black blocs*, os valores representativos que regulam o funcionamento das instituições estão suspensos. É nesse cenário que prédios, ora como representantes do poder econômico, como bancos e lojas de automóveis, ora pertencentes a órgãos públicos de que o povo não se sente participante, passam a ser alvo, como se fosse preciso alterar o campo simbólico (a parte virtual/imaterial) para reconfigurar novos processos de identificação com a cidade (atualização).

Assim, considera-se que o desenvolvimento do objetivo de analisar a voz no acontecimento *black blocs* permitiu aproximar discussões do campo do patrimônio que evidenciam a relação intercambiável entre o valor material e o imaterial. Se o patrimônio é uma arena de conflitos, como vimos em Meneses (2009), as tensões urbanas envolvendo edificações (não se resumindo aos bens tombados) e os sentidos que a mídia corporativa atribui a elas não escapam dessa noção.

A voz, nessa perspectiva que trabalhamos, vem também como expressão do acontecimento. As ações, os discursos sobre determinadas práticas, a passagem de um significante para outro (vândalos, *punks*, *black blocs*) evidenciam o que não se deixa capturar por completo, ou seja, o que permanece enquanto acontecimento, a voz.

A voz que escapa, irredutível aos enquadramentos discursivos, se mantém enquanto uma das dimensões do acontecimento (enquanto não senso), e as falas buscam capturar, enquadrar, controlar os significados, marcando, assim, o acontecimento discursivo. Mesmo que os discurso tente enquadrar o acontecimento, ecos que fogem aos sentidos atribuídos permanecem e nessa multiplicidade que se forma parecem dizer algo ao campo do patrimônio cultural. A aproximação entre dois sentidos opostos de patrimônio os torna quase indiferenciados, evidencia que no cotidiano da vida o que infere valor ao patrimônio cultural parece não fazer sentido. O eco que este artigo propôs fazer no campo do patrimônio é uma aposta para o enfoque na imaterialidade.

REFERÊNCIAS

BENTES, I. **Mídia-multidão**: estética da comunicação e biopolítica. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BRUM, E. *Black blocs*, os corpos e as coisas. **El País Brasil**, 13 set. 2016.

CARVALHO, M. C. Serviço secreto da PM diz que PSOL “recruta” *punks* para protestos. **Folha de S.Paulo**, 16 jun. 2013. Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295714-servico-secreto-da-pm-diz-que-psol-recruta-punks-para-protestos.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2017.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

DELEUZE, G. O atual e o virtual. In: ALLIEZ, E. **Deleuze filosofia virtual**. Rio de Janeiro: 34, 1996. p. 47-57.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: 34, 1997. v. 2.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: 34, 1992.

FOLHA DE S.PAULO. SP tem protesto mais calmo, mas “*black blocs*” depredam metrô no final. **Folha de S.Paulo**, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T9PmCysaQLA>. Acesso em: 17 fev. 2021.

FOLHA DE S.PAULO. Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista. **Folha de S.Paulo**, 12 jun. 2013. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/06/12/2>. Acesso em: 31 jul. 2017.

HARARI, R. **O seminário A angústia de Lacan**: uma introdução. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1998.

JORNAL A NOVA DEMOCRACIA. RJ: veja com exclusividade os cinco minutos em que manifestantes tomaram a Alerj (17/06/2013). **Jornal A Nova Democracia**, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oHyfFeUT1-s>. Acesso em: 17 fev. 2021.

KIEFER, M. **Permanência, identidade e rearquitetura social**: outro olhar para a preservação. 455f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LACAN, J. **O seminário, livro 10**: a angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACAN, J. **O seminário, livro 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MALISKA, M. **A voz e o ritmo nas suas relações com o inconsciente**. 285f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS PARA UMA NOVA GESTÃO, 1., 2009, Ouro Preto. **Anais** [...]. Brasília: Iphan, 2009. v. 2, tomo 1. p. 25-39. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MONTEIRO, M. P. A topologia de Lacan. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 41, jul. 2014.

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

SOULEZ, A. Kafka: música e declínio. **Antifilosofia**, Ouro Preto, n. 4, jan. 2008.

TERRA. Alckmim diz que “baderneiros” devem pagar por vandalismo em protesto. **Terra**, 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/alckmin-diz-que-baderneiros-devem-pagar-por-vandalismo-em-protesto,0c73674c0d83f310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 17 fev. 2021.

VENERA, J. I. **Da cólera ao acontecimento junho de 2013**: do que escapa à representação em Deleuze e Lacan. 226f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2017.